



**“OS PEQUENOS CONTRA O GRANDE”:**

**a resistência camponesa à educação à distância, em Cabixi<sup>1</sup>**

**Edilaine Santos Barros<sup>2</sup>**  
**Renata da Silva Nobrega<sup>3</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo discute a luta pela educação do campo no enfrentamento ao Projeto de Ensino Médio por Mediação Tecnológica na Comunidade Planalto São Luiz em Cabixi, Rondônia, bem como a importância da participação dos movimentos sociais do campo e outras organizações nesse debate. A pesquisa teve como objetivo sistematizar um episódio importante na luta pelo direito à Educação do Campo em Rondônia, traçando um histórico da mobilização da comunidade escolar Planalto, relacionando-a a um contexto de territorialização camponesa. Foi realizada uma pesquisa participante na Escola Planalto e com famílias da comunidade, por meio de rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, de modo a compreender suas motivações, e ações empreendidas coletivamente frente ao Estado, compostas por diferentes estratégias. A pesquisa possibilitou conhecer o processo de mobilização da comunidade da escola Planalto a partir do conjunto de lutas que constituem a resistência camponesa na região, concluindo que se tratou de um processo de educação popular que contribuiu na formação política dos sujeitos do campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Resistência camponesa. Escola do Campo. Educação à distância.

**INTRODUÇÃO**

*“CABIXI: Protesto de pais em escola surte efeito e aulas são paralisadas”*

A manchete acima, publicada em um portal da *internet* em fevereiro de 2016<sup>4</sup>, destaca o sucesso da mobilização de uma comunidade escolar (pais, professores, estudantes e

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA. E-mail: [barros\\_edi@hotmail.com](mailto:barros_edi@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: [renatanobrega@unir.br](mailto:renatanobrega@unir.br)

<sup>4</sup> Matéria disponível em <<http://www.extraderondonia.com.br/2016/02/20/cabixi-protesto-de-pais-em-escola-surte-efeito-e-aulas-sao-paralizadas>> Consultada em 13 de novembro de 2018.

movimentos sociais) no Distrito Planalto São Luiz, no município de Cabixi, localizado no Cone Sul de Rondônia, contra a implantação do Ensino Médio por Mediação Tecnológica (EMMTEC) pelo governo estadual. Desde suas primeiras discussões, iniciadas em 2013, este projeto se apresenta como possível solução para a Educação do Campo, ao inserir aulas televisionadas no lugar de professores presenciais, alegando a precarização das dependências escolares e a falta de professores qualificados dispostos a atuar em regiões mais distantes. Em 2016, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) iniciou sua implantação. Desde então, o alcance do projeto vem aumentando, tendo começado com cerca de 2000 estudantes matriculados em oitenta e cinco escolas, em 2016, chegando ao atendimento de 5134 estudantes em 114 escolas, em 2018, ano em que se formou a primeira turma que cursou integralmente o Ensino Médio por esta modalidade (PROJETO DE MEDIAÇÃO..., 2019).<sup>5</sup> Em 2019, havia 5581 estudantes matriculados em 110 escolas em diversos municípios do Estado de Rondônia.<sup>6</sup>

Desde que o projeto foi anunciado, em 2013, movimentos sociais do campo e outras organizações envolvidas na Articulação Estadual pela Educação do Campo de Rondônia<sup>7</sup> questionaram a iniciativa, percebida como uma tentativa de precarizar ainda mais a Educação do Campo. Denunciaram também que a concepção e as práticas de Educação do Campo, por princípio contextualizadas, são deixadas de lado, trocadas por conteúdos televisionados produzidos na capital do estado, homogeneizando a formação do Ensino Médio, transformado em Ensino à Distância. Em diferentes lugares do estado, houve resistência popular a este projeto imposto sem diálogo com a população, que se organizou em iniciativas de enfrentamento direto, como o boicote às aulas, a retirada dos equipamentos digitais e a recusa generalizada à implantação do EMMTEC em escolas do campo localizadas em regiões que contam com a presença de militantes de movimentos sociais do campo nas comunidades escolares, muitas vezes integrando as Associações de Pais e Professores das escolas.

Em Cabixi, no início do período letivo de 2016, com o anúncio de que o EMMTEC seria implantado, a comunidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Planalto (EEEFM Planalto) conseguiu se organizar para enfrentar a proposta do governo estadual,

---

<sup>5</sup> Matéria divulgada pelo Governo do Estado de Rondônia, em 18 de fevereiro de 2019. “Projeto de Mediação Tecnológica em Rondônia começa ano letivo com expectativa para atender 6 mil alunos” Disponível em <<http://www.rondonia.ro.gov.br/projeto-de-mediacao-tecnologica-em-rondonia-comeca-ano-letivo-com-expectativa-para-atender-6-mil-alunos/>> Consultado em 16 de maio de 2019.

<sup>6</sup> Conforme dados divulgados em *release* pela SEDUC, em abril de 2019.

<sup>7</sup> Constituem a Articulação Estadual a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRO), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Projeto Padre Ezequiel, Associação das Escolas Família Agrícolas (AEFARO), professores da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), entre outros.

contando com apoio do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)<sup>8</sup> e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Rondônia (SINTERO), que participaram das reuniões e articulações junto aos pais, mães, estudantes e educadores. Eles formaram uma comissão e foram à escola retirar todos os televisores, deixando-os no local, em suas caixas. As aulas foram paralisadas. O caso logo ganhou repercussão, amplificada pela vitória alcançada na via judicial, quando a ação protocolada no Ministério Público do Estado deu razão ao questionamento da comunidade escolar. Diferentemente de outros lugares do estado, em que o EMMTEC foi imposto sem possibilitar muita reação, até hoje a Escola Planalto ainda está livre da Mediação Tecnológica. Esta experiência vitoriosa de defesa da Educação do Campo é o assunto deste artigo, fruto de uma pesquisa que teve por objetivo traçar um histórico da luta da comunidade escolar Planalto São Luiz contra o EMMTEC, buscando compreendê-la a partir do conjunto de lutas que constituem a resistência camponesa na região. Por sua vez, para entender a motivação desta resistência, também realizei uma breve contextualização do EMMTEC, buscando dialogar com autores que discutem essa política pública no conjunto de reformas empresariais da Educação, como Germano (2017) e Trovó (2018).

O trabalho aqui proposto é orientado pela pesquisa participante (BRANDÃO, 1983), que segundo o autor consiste em:

Conhecer a sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da *sua* história. Ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, aqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum (BRANDÃO, 1983, p. 11).

Ao se propor a sistematizar um episódio importante na luta pelo direito à Educação do Campo em Rondônia, esta pesquisa se tornou para mim um aprendizado para escrita da história da minha classe, a classe dos trabalhadores. Não se trata de um recorte desinteressado, mas de uma opção orientada pelo compromisso político que tenho enquanto militante do MPA e camponesa moradora da região. Filha de um fundador do MPA na região, cresci na militância e, a partir de 2013, depois que conclui o ensino médio, passei a atuar ativamente, agora não mais como participante e, sim, como alguém que tem o compromisso de dar continuidade às tarefas de meus pais na luta, contribuindo na construção do movimento, no papel de mulher,

---

<sup>8</sup> Em 1996, o Movimento dos Pequenos Agricultores foi fundado diante da necessidade de encontrar meios de organizar os camponeses para concretizar as lutas pelos direitos para o campo, através de articulações nas bases. O objetivo deste movimento social é a busca por direitos para o povo do campo, visando terra de qualidade, a busca da soberania alimentar, entre outras pautas.

jovem e camponesa. Este envolvimento facilitou a realização da pesquisa de campo, na aproximação das pessoas para realizar conversas informais e entrevistas com estudantes, pais, professores, servidores das escolas e militantes de movimentos sociais vinculados à Escola Planalto e ao EMMTEC.

O contato mais sistemático com a Mediação, do ponto de vista acadêmico, se deu a partir da minha inserção na universidade pública. Integro a primeira turma a ingressar no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em 2015. Com estudantes de diferentes partes do estado, acompanhamos com atenção o processo de implantação do EMMTEC nas mais diversas localidades. No I Seminário de Licenciatura em Educação do Campo, realizado em abril de 2016, apresentei o caso da Escola Planalto, representando o MPA. O curso passou a ter participação ativa nos enfrentamentos propostos pela Articulação Estadual pela Educação do Campo, começando pela contribuição na produção de conhecimento sobre a implantação do EMMTEC. No primeiro semestre letivo de 2016, na disciplina de Educação do Campo, realizamos uma ampla pesquisa sobre como estava se dando o EMMTEC nas escolas de nossas comunidades. A constatação foi a de que, diferente do anunciado pelo Governo do Estado, as aulas nem sempre aconteciam em tempo real, por causa das falhas técnicas. Muitos estudantes desatentos, desestimulados, muitas vezes dormindo enquanto o televisor transmitia as aulas. Uma verdadeira afronta à Educação do Campo, justamente quando nosso curso iniciava suas atividades, formando educadores para atuar nas escolas do campo. Os resultados da pesquisa foram socializados durante o II Seminário de Licenciatura em Educação do Campo realizado em setembro de 2016. Atento ao que acontecia ao seu redor, o curso colaborou na organização do Seminário Regional de Educação do Campo/Zona da Mata, realizado em 20 de junho de 2016, em parceria com Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Rondônia (FETAGRO) e demais movimentos da Articulação Estadual pela Educação do Campo e, também, enviou representação oficial para a Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Rondônia em junho de 2016.

Aliada à militância no MPA, a universidade contribuiu para que eu dirigisse meu olhar e atenção ao que aconteceu na Escola Planalto. Para melhor qualificar a pesquisa, realizei Rodas de Conversas com a comunidade escolar da Escola Planalto, registradas por meio de gravadores de voz e imagem, em que incentivei os participantes a exporem o histórico de sua mobilização, bem como suas motivações e estratégias, e também sua avaliação a respeito das ações empreendidas coletivamente frente ao Estado, composta por diferentes estratégias. Outro esforço da pesquisa foi identificar e sistematizar o acervo documental produzido a partir do

enfrentamento ao EMMTEC na Escola Planalto, desde fotografias, peças judiciais, notícias, entre outros registros escritos e audiovisuais.

Por questões de segurança, tendo em vista se tratar de um processo de disputa entre “pequenos” e “grandes”, optei por não identificar os sujeitos da pesquisa. As contribuições de pais e mães de estudantes, militantes do MPA e pessoas da comunidade são aqui retratadas como: “sujeito 1”, “sujeito 2”, “sujeito 3”, “sujeito 4”, “sujeito 5”, “sujeito 6”, “sujeito 7”, “sujeito 8”, “sujeito 9”, “sujeito 10”, “sujeito 11”, “sujeito 12”.

O artigo está organizado da seguinte forma: a primeira parte apresenta um breve retrospecto do EMMTEC, apresentando elementos históricos e algumas reflexões sobre suas implicações; a segunda parte contextualiza a comunidade da Escola Planalto do ponto de vista geográfico, social e político; e a última parte do texto narra as formas elaboradas pela comunidade escolar para enfrentar o EMMTEC.

## **1 EMMTEC: UM BREVE HISTÓRICO**

Em 2011, Maria Angélica Aires, então subgerente da SEDUC/RO, visitou o Centro Tecnológico do Amazonas para conhecer a experiência pioneira<sup>9</sup> no uso da mediação tecnológica, que estava em curso naquele estado desde 2007. Esta visita foi central para os desdobramentos que resultaram no EMMTEC (GERMANO, 2017, p. 126), uma vez que a SEDUC/RO adotaria “a mesma solução idealizada e implementada pela SEDUC/AM” para a última etapa da Educação Básica (RONDÔNIA, 2016, p. 5). Em junho de 2012, a minuta do que seria a proposta pedagógica do Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica foi encaminhada ao Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO).

No ano seguinte, em 2 de julho de 2013, a Assembléia Legislativa de Rondônia sediou uma Audiência Pública para discutir o “Acesso e permanência dos alunos em idade regular no Ensino Médio no Estado de Rondônia”. A audiência foi proposta pela deputada estadual Epifânia Barbosa (PT), que abriu a sessão anunciando o objetivo de apresentar proposituras que respondessem à preocupação com “o destino da educação” em Rondônia. A deputada evocou o Artigo 205 da Constituição Federal, sobre o direito à Educação, destacando o Ensino Médio

---

<sup>9</sup>Segundo Marcilei Germano, “A Educação com Mediação Tecnológica surge no Brasil, primeiro no Estado do Amazonas quando no ano de 2007 é aprovado pelo Conselho Estadual de Educação daquele Estado. Dados de 2014 demonstram que o programa atende a 2.715 comunidades por meio de 905 escolas em áreas urbanas e rurais com 2.168 turmas distribuídas e 62 municípios do Estado, com um público de 29.371 alunos 119 (AMAZONAS, 2014). Logo essa experiência se espalha para vários outros Estados da Federação, entre eles, Bahia, Piauí, Alagoas e Rondônia atendendo hoje milhares alunos.” (GERMANO, 2017, p. 118-119)

como prioridade do Governo Estadual. Epifânia, então, apresentou um resumo de um documento elaborado em âmbito federal a respeito da reformulação do Ensino Médio, com a discussão de “alternativas de organização” do Ensino Médio e as “diferentes possibilidades formativas”, alertando para a necessidade de Rondônia se incorporar a este debate. A mediação tecnológica passa a se inserir no conjunto de iniciativas ligadas à reformulação do Ensino Médio.

A audiência contou com a presença da Coordenadora Executiva do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Desde 2008, diversas escolas baianas já adotavam a mediação tecnológica e a experiência nordestina foi apresentada para contribuir no amadurecimento da proposta rondoniense.

Nesta etapa inicial, já estava explícita a noção de Educação como mercadoria entre os gestores do Estado de Rondônia, advinda das reformas educacionais orientadas pelos organismos internacionais, com a redução de investimentos, como destacou Marcilei Germano:

Observa-se que a justificativa do governo do Estado está pautada em uma visão de uma educação como mecanismo econômico/mercadoria, isto é, a busca de redução dos investimentos econômicos na educação como rezam as orientações, também, dos organismos internacionais (GERMANO, 2017, p. 120).

Os movimentos sociais do campo que compunham a Articulação Estadual pela Educação do Campo no estado não foram convidados para a audiência, que contou com a presença de representantes de comunidades ribeirinhas da região de Porto Velho e Costa Marques. Suas falas, em geral, acolheram positivamente a proposta da SEDUC. Uma voz dissonante foi a do senhor Adailton Noletto, secretário da Associação dos Agricultores do Assentamento Aliança, de Porto Velho, que questionou a proposta “inovadora”, lembrando a dívida do Governo do Estado em relação às “comunidades distantes”, algumas das quais não teriam sequer iniciado o ano letivo de 2013 por falta de transporte escolar.

Uma série de atividades relacionadas ao campo passaram a questionar a proposta. Reunida em 24 de julho de 2013, a Articulação Estadual pela Educação do Campo de Rondônia elaborou uma nota de repúdio contra a Educação à Distância para as escolas do campo, questionando a falta de diálogo da SEDUC. No Grito da Terra realizado em agosto, as tentativas da FETAGRO em estabelecer diálogo não obtiveram sucesso. No mesmo mês, a deputada Epifânia elaborou o Projeto de Lei Autorizativo de nº 975/13, publicado no Diário Oficial no dia 12 de Agosto de 2013, que pretendia autorizar “o Poder Executivo Estadual a criar o Programa de Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica no Estado de Rondônia –

EMITEC, cuja justificativa se assentava na carência de professores, bem como na dificuldade de acessar determinados lugares” (SILVA; SANTOS, 2018). Em 2 de outubro, o STTR de Ji-Paraná sediou um seminário chamado pela Articulação para debater a mediação tecnológica, que encerrou com os seguintes encaminhamentos:

A Articulação Estadual pela Educação do Campo tomou como encaminhamento intensificar o debate sobre a questão, participando nos espaços possíveis de diálogo. Como próximas ações, o grupo confirma que irá participar e se posicionar durante a realização da Conferência Estadual de Educação; realizará uma mobilização mais forte para impedir a implantação desse projeto; e também construirá, em parceria com a Unir, um projeto de formação de professores para ser apresentado para o governo do estado em substituição ao Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica que, segundo eles, é contraditório às diretrizes operacionais da educação do campo (MOVIMENTOS SOCIAIS REPUDIAM..., 2013)<sup>10</sup>.

A repercussão negativa resultou em um recuo na proposição da deputada (SILVA; SANTOS, 2018), que pediu o arquivamento do Projeto de Lei. O EMMTEC ganhou novo fôlego em 2014, com a posse de Fátima Gavioli como Secretária de Estado da Educação (GERMANO, 2017, p. 126). Professora, Gavioli se empenhou para que o EMMTEC saísse do papel, anunciando que a “mediação na floresta” era o “futuro”. Em maio de 2014, as Coordenadorias Regionais de Educação realizaram um levantamento de informações junto às escolas para elaborar um projeto piloto de implementação da mediação tecnológica, que seria executado em 2015.

No começo do semestre letivo de 2016, a mediação tornou-se realidade em diversas escolas, nas turmas de 1º ano, autorizado por meio da Portaria N.º 680/2016-/GAB/SEDUC, de 08 de março de 2016. Desde o primeiro momento, muitas comunidades alvo da mediação reagiram, rejeitando o projeto da forma que puderam. Foi neste contexto de levantes localizados contra o EMMTEC que a mobilização da Escola Planalto começou a se articular.

A Audiência Pública de 23 de junho de 2016, realizada na ALERO, com proposição do deputado Lazineiro da FETAGRO, foi o primeiro debate que de fato contou com a participação mais ampla da sociedade. Diferentes representantes de movimentos sociais, estudantes e professores se revezaram ao microfone para expor suas preocupações e questionar a proposta da SEDUC. Em sua fala, a Secretária de Educação reforçou a intenção de cortar custos da folha de pagamento, apresentando dados relativos aos primeiros meses de atividade da mediação: “Então vejam os senhores, com a Mediação eu vou gastar vinte [milhões] e com a não Mediação, correndo o risco de fazer concurso e o cara nem está lá para dar aula R\$

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://www.tudorondonia.com/noticias/movimentos-sociais-repudiam-politica-do-governo-do-estado-de-educacao-a-distancia-para-o-campo-,39994.shtml> >. Acesso: agosto de 2018

41.752.000,00” (ALE, 2016 *apud* SILVA; SANTOS, 2018). Com o plenário lotado, nos corredores se comentava que aquela era a audiência mais lotada que a Assembleia Estadual já recebera. A mobilização popular, entretanto, não impressionou os deputados. Na sessão de 28 de junho, o projeto do EMMTEC foi aprovado, com 17 votos a favor e 5 contrários. Na semana seguinte, a Lei 3.846, de 4 de julho de 2016, regulamentou a mediação tecnológica. Desde que foi iniciado, o EMMTEC tem passado por ajustes. Seu desenho atual, de acordo com a SEDUC, é o seguinte:

A metodologia prevê aulas ao vivo, com a ministração de dois componentes curriculares diários, transmitidas pela televisão, proferidas por um professor ministrante, dos estúdios do IFRO em Porto Velho/RO, as quais o aluno assiste na sala da escola de sua comunidade. Sob a orientação de um professor que estará presente em sala, chamado professor presencial, o aluno interage com o professor ministrante, através de um chat, em tempo real, garantindo a completa comunicação entre os participantes do processo de ensino e aprendizagem (SEDUC, 2019).

Atualmente, em seu quarto ano de funcionamento, o EMMTEC tem quase seis mil estudantes matriculados em mais de uma centena de escolas. Para a SEDUC, o balanço é positivo. Na prática, a realidade é outra. As previsões e denúncias dos movimentos sociais foram identificadas na pesquisa realizada pela responsável pelo EMMTEC na CRE Vilhena, Anandréia Trovó. Em sua dissertação de mestrado, Trovó aponta os problemas identificados na execução do EMMTEC. São eles:

[...] a infraestrutura, a rotatividade de professores, alto índice de evasão, demanda altos investimentos e atenção governamental, falta de internet local para acesso de alunos e professores, falta de condição de deslocamento para realização da agenda de acompanhamento in loco e formações, falta de equipamentos, atendimento técnico, falta de materiais de expediente (TROVÓ, 2018, p. 58).

Estes apontamentos indicam que o projeto EMMTEC não corresponde às propagandas feitas pelo governo, pois não atende sequer os objetivos técnicos e de infraestrutura. Imagina-se o quanto limita os processos pedagógicos, deixando uma grande defasagem para os educandos, sem contar que a intervenção tecnológica não é concebida apenas como um apoio pedagógico, e sim como um todo que não dialoga com a realidade e as necessidades do campo, estabelecendo uma educação rasa, técnica, sem diálogo com a realidade e as questões cotidianas das comunidades envolvidas.



## 2 A COMUNIDADE DA ESCOLA PLANALTO

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Planalto (EEEFM Planalto) é resultante da agregação de outras cinco escolas que foram fechadas, tornando-se polo, sendo uma das escolas do campo que resistiu em Cabixi.<sup>11</sup> A mesma se situa na Linha 8 km 14, esquina com zero eixo no Distrito Planalto São Luiz, em Cabixi. A parceria entre Estado e município permite que sua estrutura física atenda duas modalidades, atualmente. Pela manhã, parte da estrutura está disponível para a Escola Municipal Cecília Meireles, que atende os estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental. O funcionamento da Escola Planalto, com as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio, atendendo 91 estudantes, se dá nos turnos matutino e vespertino.

A história da escola, que já chegou a contar com trezentos alunos, remete à luta da comunidade por melhores condições de vida, conforme registrado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola:

No início da década dos anos 80 um grupo de pessoas da comunidade nossa senhora dos navegantes reuniu-se para construir um espaço onde as crianças, os jovens e adultos pudessem obter informações, adquirir conhecimento e aumentar o nível de socialização e interação da comunidade. O nome da escola Planalto foi homenagem ao Distrito Planalto São Luiz. Organizaram o lugar e construíram um cômodo de lasca coberta de tabuinha e piso de terra na linha 8 km 16. O maior problema enfrentado foi encontrar professor, após um bom tempo de procura encontrou uma senhora que possuía a 6ª série primária a qual se prontificou a trabalhar naquela época (1981), onde não havia exigência quanto a questão de escolaridade. A escola era fechada periodicamente para que a professora pudesse prosseguir estudos na cidade de Colorado do Oeste qual mantinha o funcionamento da referida escola (PPP, 2018, p. 4).

Outra moradora reforça o vínculo da comunidade com a escola, marcado pela proximidade entre funcionários e moradores:

Eu moro aqui desde 1997, essa escola existe desde 1989 que foi quando começou. A minha vó foi professora nessa escola, os funcionários mais antigos que estão ali são dois professores e continuam ativos. Aqui os professores moram tudo perto, então quando encontra meu filho na rua já vai perguntando menino tu já fez a tarefa, então os meninos já cresce com esse contato e com esse convívio da nossa rotina, você vai na igreja ou em uma festinha encontra, a nossa relação é diferente do que a gente vê na cidade (SUJEITO 4, 2019).

---

<sup>11</sup> No município de Cabixi existem doze linhas que indicam a geografia do local. A cada 4 km existia uma escola do campo, totalizando aproximadamente 60 escolas do campo no município. Com o processo de polarização, restaram apenas duas escolas rurais que atendem os filhos e filhas de camponeses.

Como a própria mãe relatou, anteriormente, existe uma boa aproximação entre escola e comunidade, seja nas relações culturais, religiosas, bem como nas ações realizadas dentro da instituição. Em conjunto tomam decisões de interesse comum nas reuniões de pais e conselho escolar e realizam diferentes atividades como datas comemorativas, bazar, entre outras ações de interesse comunitário.

Uma mãe que também é militante do MPA afirma que a comunidade imagina uma escola diferenciada para seus filhos: “Faço parte com conselho escolar e a gente projeta ali um modelo diferente de escola. A gente trabalha muito por nossa conta também, porque se depender só do governo não vai” (SUJEITO 9, 2019). Nas páginas que seguem, vou apresentar alguns elementos que ajudam a conhecer mais sobre a realidade em que está inserida a Escola Planalto. Faço isso tendo em mente a concepção de Educação do Campo, pautada na aproximação entre escola e a realidade, como vem destacando Roseli Caldart em sua proposta do Inventário da Realidade das Escolas do Campo:

No trabalho de educação e particularmente na escola de educação básica, buscar conhecer o lugar em que se insere, e suas relações sociais e ecológicas com as questões da realidade mais ampla, integra uma determinada concepção de educação e de escola. Na concepção que nos orienta, é preciso pensar a escola como parte de processos formativos que constituem a vida social e as relações entre ser humano e natureza, intencionalizados em uma direção emancipatória (CALDART, 2017, p. 163).

Sendo uma forma de ruptura do modelo tradicional de educação, a Educação do Campo tem um papel fundamental na transformação social, levando conhecimento emancipador, preservando a cultura através da valorização do saber local. Dessa forma, os camponeses e camponesas são sujeitos da história, que lutam pelos direitos, com marcas espalhadas pela terra, moldados de saberes do coração com a enxada na mão, produzindo alimento e transformando conhecimento.

## **2.1 O Município de Cabixi**

O município de Cabixi era um Distrito de Colorado do Oeste que foi desmembrado no ano de 1988 por necessidades sociais e econômicas da população. Localiza-se na região sul do estado de Rondônia e tem aproximadamente 6.313 habitantes (IBGE, 2018)<sup>12</sup>. Antes do processo de colonização recente de Rondônia, era território tradicional do povo Cabixi, expropriado e dizimado pelas diferentes frentes de contato, tendo feito parte do ciclo da

---

<sup>12</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cabixi/panorama> Consultada dia 14 de jun. de 2019.

borracha também. No final dos anos 70, pescadores encontraram pepitas de ouro e passaram a explorar o garimpo<sup>13</sup>. A territorialização camponesa da região se deu com a chegada de migrantes de diferentes lugares do Brasil, que desenvolveram um espírito de cooperação e solidariedade para enfrentar as dificuldades do novo lugar de vida:

Eu lembro quando a gente foi trazer minha avó para aposentar, trazemos ela na rede da linha 9 até na cascalheira da linha 7 que não tinha estrada onde o carro entrasse. Por final quem fez as tropeiras para a primeira estrada foi nós trabalhando através de mutirão. Ainda ficamos um bom tempo cuidando daquelas estradas ali através desses mutirões, reunia o pessoal da linha e limpava, carpia, roçava a estrada e tudo. Aí, depois de um tempo que a gente viveu lá, com o princípio da família igual a primeira criança que a gente teve, foi muito difícil por que às vezes tinha que transportar as crianças na carroça de animal, inclusive na verdade em questão de migração, todo o pessoal que entrou para ali foi migrado, na época por exemplo quando eu entrei pro cabixi eu tinha 13 anos de idade aí depois que veio essas tragédias, igual quando a mulher ganhou a criança aí tinha que tá buscando enfermeira do cabixi, então era muito sofrido e todos que tava lá eram pessoas que veio de outras regiões, Mato Grosso, Minas, Paraná. Inclusive todo setor de Rondônia foi criado a partir da migração. É bem certo que na época aqui o desbravamento da região foi para cercar a fronteira porque tava previsto da Bolívia ficar com essa terra aqui que chamava de terra rica (SUJEITO 12, 2019).

Sendo um município predominantemente rural, devido à sua estrutura geográfica marcada por terrenos planos e com disponibilidade de água, Cabixi se tornou um lugar propício para o monocultivo, principalmente de soja e milho. Um camponês que cresceu em Cabixi e se mudou com a família para Colorado do Oeste, narrou o processo de transição entre a ocupação camponesa e a chegada do agronegócio:

A gente quando chegou e se organizou em 1977, a nossa produção era de lavoura. O agronegócio já veio bem depois, quando a gente já tinha mudado de lá, depois de 1986. Quando a gente morou lá, vivíamos do plantio de arroz, feijão e milho e o pessoal sobrevivia da extração da madeira. Queira ou não queira, os madeireiros eram um agronegocinho que veio, era o princípio. Já começava com o pessoal ser obrigado a vender a madeira mais barato e sempre quem comprava eram os exploradores que vinham do sul. Quando o agronegócio entrou foi também por esse pessoal que vinha do sul, o agronegócio entrou na área das pessoas que já tinha sítio grande (SUJEITO 12, 2019).

---

<sup>13</sup> Um dos entrevistados me contou sobre o garimpo: “A questão do garimpo, eu trabalhei 60 dias no garimpo que era o ouro que a gente mesmo descobriu lá pesquisando porque nós andava pescando nos rios, nosso trabalho era manual, mais aí é aquela história de sempre, até os últimos dias que trabalhamos conseguimos localizar um serviço subindo o morro e achamos uma pepita de 3 gramas aí como não éramos garimpeiros profissional, tava aprendendo, fazia o serviço com honestidade a gente propôs de pagar a renda pro dono do sítio que é o senhor aparecido que inclusive tem o sítio até hoje lá aí ele cresceu o olho e trouxe o irmão dele que já tinha todo maquinário, mas que depois já não deu mais ouro lá, só que ainda dava bem pra gente trabalhar porque se a gente continua tava melhor que trabalhar assalariado, nós tirava 2 grama por semana cada pessoa e no valor do grama do ouro dava em média 2 salários” (SUJEITO12, 2019).

Desde a década de 2000, com a intensificação da expansão do agronegócio na região, um dos problemas enfrentados pela comunidade é o uso de agrotóxicos, que vem ameaçando os camponeses do local. Segundo um militante do MPA, “como consequência, afetou os cultivos das famílias ao redor, levando muitos a arrendar suas terras e ir morar na cidade e outros migrando para localidades distante dos monocultivos”. (SUJEITO 11, 2018)<sup>14</sup> Outra ex-moradora de Cabixi relembra como era a vida antes do agronegócio, chamando atenção para as mudanças na paisagem do que antes era um território camponês:

Foi na fase em que eu era criança, até os 23 anos, e o que podíamos observar é que tinha muito mais pessoas no campo, principalmente a juventude ali viviam as famílias com seus filhos e produzia para o sustento, e quando não tinha recurso suficiente na propriedade, muitos trabalhavam na diária ou na empreitada para sustentar a família e outra diferença que tinha na época é a questão dos rios que tinha muita água, eram maiores, tinha mais mata, hoje a gente vai passar no lugar que a gente morou até as casas, os pés de fruta tudo foram arrancados e não tem nada mais, inclusive o lugar que nós moramos em que arrancaram a casa, os pés de pokan, de laranja, tudo, não sobrou nada, a energia, então assim, tudo que foi construído com tanto trabalho o agronegócio chega e destrói tudo sem nenhuma piedade e isso envolve tudo, que é mais crianças estudando no campo e pessoas que saem do campo para estudar na cidade e tudo isso vai reduzindo com a vinda do agronegócio. E outro fator que muda muito é a relação das pessoas, o distanciamento, não tem mais os vizinhos tão próximos, a convivência é mais entre família e isso causa impacto até na própria comunidade. (SUJEITO 11, 2018)

Para as famílias que permaneceram e resistiram, os desafios não foram poucos. Neste contexto, um dos focos de resistência são as famílias reunidas em torno do MPA na região.

## **2.2 A atuação do MPA na região**

O Movimento dos Pequenos Agricultores surge em Rondônia a partir de uma crise do modelo sindical, que não atendia as demandas dos pequenos agricultores que estavam insatisfeitos com a falta de política pública no campo, bem como a falta de uma entidade séria que pudesse fazer lutas pela suas demandas a fim de garantir melhor qualidade de vida no campo. Inspirados nas lutas dos camponeses no Sul do Brasil, os camponeses em Rondônia resolvem organizar o Movimento dos Pequenos Agricultores, pautado na luta por políticas públicas e melhores condições de vida no campo. No Cone Sul do estado de Rondônia, o movimento surge por se identificar com a proposta do movimento que se iniciava no estado. A partir do ano de 1999, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado do Oeste e Cabixi já estava participando de várias discussões com outros sindicatos do estado que fazia parte da

---

<sup>14</sup>Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2018.

articulação intitulada como Articulação dos Sindicatos Combativos. Os dirigentes dos sindicatos combativos viam o trabalho de base como prioridade dentro da organização e acreditavam que as conquistas deveriam vir através das lutas de massa, embates contra o poder político e econômico. A proposta era de garantir direitos para os trabalhadores e trabalhadoras através das lutas, para que estes criassem consciência de classe e passassem a entender que o objetivo principal não é garantir políticas compensatória, medidas paliativas através das lutas corporativas, mas, sim, a união de dos trabalhadores do campo e da cidade na destruição desta sociedade capitalista, a construção de uma sociedade socialista, já que sabemos que o capitalismo não serve para os trabalhadores.

Com a informação vinda através dos companheiros do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto do Oeste de que estava surgindo, no sul do país, um movimento combativo que apresentava ideias parecida com as que estes sindicatos defendiam, no ano de 1999 membros da direção e filiados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado e Cabixi decidem unir-se ao MPA, que estava vivendo os primeiros anos de vida em alguns estados brasileiros. A decisão é fruto do entendimento de que o movimento apresentava uma proposta inovadora para organização dos camponeses e camponesas, já que a estrutura sindical não atendia mais as necessidades das lutas camponesas, por se tratar de uma organização presidencialista e, de certa forma, controlada pelo estado através dos limites que a lei impõe.

As primeiras ações em que o MPA da região participa, são cursos de formação e lutas para renegociação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), liberação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), melhoria no atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de lutas locais como resistência aos fechamentos das escolas do campo, construção de salas de aulas, melhoria e contratação de transporte escolar e recuperação de estradas. A região soma também a pauta nacional na construção do plano camponês que tem como base a resistência ao agronegócio, produção de alimentos saudáveis, respeito às pessoas e à natureza.

Em Cabixi, por meio de seus grupos de base, desde então o MPA desenvolve um trabalho na luta por moradia, crédito, produção de qualidade, feira com produtos agroecológicos, entre outras lutas que constituem a resistência camponesa. O combate ao agronegócio e a promoção da agroecologia são bandeiras de luta do MPA em Rondônia. Para quem assume esse compromisso, o desafio é ainda maior, como está no relato de uma militante residente em Cabixi:

É um desafio para nós enquanto família camponesa que trabalha com a agroecologia viver num espaço em que é tomado totalmente pelo agronegócio que influencia na expulsão dos camponeses que a todo momento está resistindo nesses anos aqui em cabixi, tivemos que vender uma propriedade porque ficava em frente ao veneno e agora compramos outra mais longe um pouco mais quando a gente vai pra cidade nos deparamos com o veneno no meio do caminho, então nós vivemos mais intoxicados do que desintoxicados e com relação às plantas também é um desafio, porque a gente não passa veneno aqui, quer produzir agroecológico, mas os vizinhos passam veneno e isso afeta, porque os animais vem tudo para a propriedade da gente, vem o tatu, os insetos, então quer dizer é o refúgio dentro da nossa propriedade e isso acaba prejudicando nós também. Hoje, por exemplo, já estão passando veneno de avião nos pastos porque tem gente aqui que tem 7 lotes então não é mais passando de trator pra matar a cigarrinha e isso o ar traz pra propriedade da gente e na verdade a gente acaba sempre sendo prejudicado né e é uma resistência mesmo, hoje produzir agroecológico para se alimentar saudável é uma luta é uma força de vontade de lutar. (SUJEITO 10, 2019)

Nesse contexto, percebemos a importância da luta do Movimento dos Pequenos Agricultores, que possibilita compreender como a luta pela educação não está alheia às diferentes demandas que os camponeses da região trazem para suas lutas cotidianas. Há anos, as comunidades da região vêm cobrando junto à justiça direitos para uma melhoria social, principalmente, para os camponeses que, por sua vez, são uma das classes mais afetadas por falta de políticas públicas. Com a atuação dos movimentos sociais, muitas lutas foram e são concretizadas como moradia camponesa, crédito em financiamentos de diversas áreas, (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF), feira camponesa, transporte, estradas, educação, saúde, habitação, entre outras resistências corriqueiras. Entretanto, construir um projeto de educação do e no campo em meio à soja nos mostra que, dentre as brechas do rochedo, existe possibilidade de nascer e crescer uma flor, tornando-a ainda mais resistente.

Outra frente de luta do MPA é a Educação, desde a Educação Básica até a Universidade, além dos espaços de Educação Popular. A educação do campo surge como uma forma de ruptura do modelo “tradicional” de educação que produz mão de obra para ser explorado pelos meios de produção, é pensada para trazer caracterização ao campo buscando reconhecimento, a partir do momento em que os valores do camponês estão se perdendo devido as grandes dificuldades ao acesso as políticas públicas.

Nessa perspectiva, o Movimento dos Pequenos Agricultores compreende a luta pela educação como uma das principais bandeiras que permite aos camponeses e camponesas se reconhecerem como sujeito de direito. Por isso ao longo de sua história na região realizaram lutas contra fechamento de escolas, por abertura de escolas, alfabetização, construção de infraestrutura, transporte escolar, contra o EMMTEC e em defesa da educação camponesa, que

dialogue com a identidade, os valores e um projeto que permita condições de vida digna no campo.

As lutas camponesas em Rondônia trazem experiências de lutas e pedagogias próprias do campesinato, como afirma a camponesa a seguir:

Nós somos camponeses e camponesas portanto somos pessoas que existe desde o início da humanidade e a educação pra nós principalmente a oral ela sempre foi um exercício muito grande inclusive pra dar continuidade à nossa existência e a educação desde aquela de dentro de casa, de multiplicação do conhecimento de reprodução do conhecimento, então nós sempre usamos o exercício da construção do conhecimento que deve ser a educação como prática inclusive para nossa existência, observando a natureza, entendendo como ela funciona pra produzir, inclusive o alimento que vai na mesa de todos e de todas nós, então a educação pra nós ela começa desde casa e nesse exercício da observação com a natureza. Então ela é histórica para nós, porém, o estado, o institucional sempre ignorou esse princípio da educação que nós temos, que é dessa educação voltada de fato pra terra uma educação como construção de conhecimento, ignorou tanto, e sempre também desvirtuou a educação camponesa ou a educação do campo. A primeira escola de educação do campo foi uma escola técnica criada no Brasil que ela funcionava como reformatório e como era o exercício dessa escola? o serviço de roça como castigo, então isso mostra como o estado brasileiro sempre tratou a educação do campo, como discriminação, como trata o povo do campo e quando o povo se manifesta criminaliza que é o que nós estamos vendo em Goiás, que é o que estamos vendo no Rio Grande do Sul e estamos vendo aqui em Rondônia com a morte de mais de 20 camponeses no ano passado em conflitos agrários e esse ano passam de 12 mil é assim que o estado trata o povo do campo. Com desrespeito e ignorando que tem uma história e que tem conhecimento. Apesar de tudo isso, nós sempre nos organizamos e, na década de 90 no Brasil, se constituiu um movimento muito grande em defesa da educação do campo e de construção de políticas públicas da educação do campo, esse movimento culmina que em 2002 a gente conquista na lei de diretrizes de bases muitos direitos em relação a educação, nós conquistamos que teríamos que ter um currículo específico pro campo e para cada área do campo ser específico, se é comunidade ribeirinha tem que respeitar a realidade ribeirinha, se a comunidade é quilombola tem que respeitar a história do povo quilombola, se é indígena tem que respeitar o povo indígena e se é povo camponês, migrante, tem que considerar esse história, esse contexto. (MPA, 2016)<sup>15</sup>

Essa indignação, anteriormente expressada, dialoga com a contradição do Estado, que fecha massivamente as escolas rurais, ignorando as leis e legislações que garantem a pluralidade de ensino e as especificidades que são próprias do campo. Segundo uma militante do MPA da região, “as lutas são constantes e dentre elas é possível destacar o fechamento de escolas do campo, reordenamento das escolas do Campo e implantação do EMMTEC e o debate com os gestores municipais sobre a importância de uma educação no campo e do campo” (SUJEITO 6, 2019)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup>Transcrição da Audiência Pública realizada em Porto velho dia 23 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VsXmxdzqGfQ> consultada em 17 de junho de 2019.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em Colorado do Oeste, em 25 de abril de 2019.

Muitos filhos e filhas de camponeses e camponesas conquistaram, graças à luta junto ao movimento, ingressar em uma faculdade ou institutos para obterem cursos técnicos e graduação, devido às influências do MPA em espaços significantes para as articulações políticas desencadeadas no propósito de favorecer o povo do campo, inclusive há grandes relações de parceria com o Instituto Federal de Colorado do Oeste, os Sindicatos, Rádios Comunitárias, SINTERO, associações, entre outras parcerias, tornando-se referência de organização.

A Escola Família Agrícola (EFA), que está em processo de construção no município de Cerejeiras desde o ano de 2013, é uma proposta pedagógica de Educação do Campo que concretiza um modelo de estudo pensado com o camponês e a camponesa a fim de superar as propostas de educação tradicional, que sempre subestimou o conhecimento, as potencialidades e o papel do campo no desenvolvimento do país, por isso a escola família é mais que uma escola formal, que ensina a técnica e a ciência, ela dialoga com as necessidades e os valores das famílias camponesas através o diálogo de saberes, para aprender e ensinar a partir do mundo em que se vive, compreendendo que a realidade não é “estática”, como diz o nosso mestre Paulo Freire.

Sabemos que a educação formal tem uma grande importância na vida do ser humano, o que se aprende no espaço escolar pode interferir nas decisões da vida adulta. A sociedade de uma forma geral tem cobrado essa educação de qualidade, e aí a gente se pergunta o que de fato é uma educação de qualidade. Surgem algumas opções por grande parte da sociedade, como as escolas militares, porém é importante salientar que existe também muita resistência a este modelo de ensino. Em contrapartida, os movimentos sociais, dentre eles o MPA, defendem uma educação participativa, onde os estudantes, pais, responsáveis e comunidade sejam os principais atores na construção de todo projeto educativo, e a educação camponesa é uma proposta que está vinculada à pedagogia da alternância, onde há vínculo efetivo entre escola e família. E as EFAs surgem numa perspectiva de contrapor os modelos propostos pelo sistema atual, principalmente da educação transmitida via satélite, totalmente desvinculada da realidade dos estudantes. A associação Escola Família Agrícola Manoel Ribeiro vem levando em conta a realidade local, como a expansão do agronegócio que tem expulsado as famílias do campo para a cidade, causando o êxodo rural, inchaço nas cidades, além de prejudicar o meio ambiente devido ao uso exacerbado de agroquímicos, provocando a contaminação e degradação do meio ambiente. A EFA já vem, desde o ano 2013 provocando um debate social sobre esses fatores mencionados, e assim propondo uma educação que contraponha o modelo de educação convencional, oferecendo o curso técnico em agroecologia integrado ao ensino médio, a escola conta com a parceria de diversos setores públicos dos sete municípios, dos movimentos sociais e sindicais e principalmente a participação dos pais. A nossa proposta é trabalhar um projeto diferenciado dos demais do estado, onde a alternância será semanal, podendo os estudantes estar menos tempo longe de suas famílias, e podendo estar desenvolvendo um projeto escolar e familiar que possa de fato estar buscando alternativas para a resistência dos camponeses diante de um sistema avassalador imposto pelo agronegócio. (SUJEITO 11, 2019)



Dialogando com Paulo Freire, esta reflexão de um militante do MPA afirma que é possível transformar a realidade, porém, para criticar o sistema de educação dominante é preciso partir das pessoas e saber qual é a escola dos seus sonhos.

Diante deste quadro, percebe-se que a contraposição da comunidade da Escola Planalto ao EMMTEC não é isolada das outras lutas que enfrentam em seu cotidiano. Ela está enraizada na compreensão de que a Educação é central para a formação dos sujeitos camponeses e, como se viu no item anterior, o EMMTEC é um retrocesso em relação à Educação do Campo, configurando-se como uma verdadeira intervenção na comunidade. Mostro, agora, como esta comunidade se organizou para evitar que a Mediação Tecnológica enterrasse o projeto de Educação do Campo que constroem com tanto compromisso.

### **3 A RESISTÊNCIA AO EMMTEC EM CABIXI**

Iniciada em fevereiro de 2016, a mobilização da Escola Planalto contra a Mediação Tecnológica ganhou repercussão diante da continuidade dos protestos e da paralisação das aulas envolvendo estudantes, pais, mães, professores e outros membros da comunidade. A queixa em relação à falta de diálogo e transparência da SEDUC sobre a intenção de iniciar a Mediação na Escola Planalto é recorrente entre os pais, mães e professores com quem conversei:

Eu já peguei a coisa em andamento. Foi péssimo... Foi bem repudiado na época, porque ninguém queria. Já tinha algumas semanas que tava rolando. Quando entrei na luta junto com o pessoal tava no ponto de instalar a antena. Já tinham vindo com *pen drive* pra tentar. O pessoal falava que tinha até nomes pro orientador que ia ficar na sala de aula. Quando a gente ficou sabendo pelos professores, foi divulgado na comunidade por uns pais. Na época veio primeiro pra turma do 1º ano. Foram os primeiros pais que ficaram sabendo, porque a princípio era só com uma sala e, depois, com o tempo, que se cederia para as outras, porque tava em falta o professor de matemática e acho que o de português. No período que eu participei, não veio ninguém informar sobre o projeto. (SUJEITO 9, 2019)

A proposta já estava em estágio avançado, com cronograma definido, quando a notícia passou a circular entre eles, depois que um professor participou de uma reunião em Porto Velho. Revoltada, a comunidade se organizou na luta contra o projeto de mediação tecnológica. Quando começaram, ainda não sabiam onde chegaria aquela luta de “pequenos”, como disse uma mãe:

Nós ficou sabendo que ia implantar, aí foi convocado os pais. Não aceitamos e nos reunimos e começamos a manifestação. Eles alegavam que é um ensino bom para os alunos e que a nossa escola é de difícil acesso, e por isso foi apontado para implantar. Mas nós, pais, achamos que não dava certo porque os alunos já têm dificuldade com

professor na sala e imagina os alunos sozinhos, só com uma pessoa na porta cuidando. Aí foi muito grande a luta, porque o pequeno lutar contra o grande é uma briga difícil. Só que os pequenos eram mais, aí dá força. (SUJEITO 1, 2019)

A comunicação entre os pais e mães de estudantes foi central para a disseminação de informações sobre o projeto, diante do silêncio da SEDUC. As notícias circularam boca a boca, por telefone, por grupos de *WhatsApp*:

Quando chegou os equipamentos eu não tava lá, aí foi chamado alguns pais lá de dentro do planalto, aí os meus meninos chegou aqui e falou pra mim assim, mãe chegou um caminhão com um monte de equipamento, aí eu vi pelo zap as pessoas falando né, foi aí que eles convocaram o pessoal do conselho, uma reunião com os pais, o pessoal do colégio pra falar sobre o projeto que eles ia implantar. Eles chegou com o caminhão, mas daí ninguém sabia de nada. Aí uma amiga minha já mandou um zap falando... Até aí eu falei: “Gente! Mas que loucura é essa?” Quem marcou a reunião foi o pessoal do colégio aqui, nada a ver com secretaria, com ninguém. Eles iam colocar os equipamentos e daí a gente entrou lá e até era uma sala bem apertadinha, que é onde é a biblioteca, pnharam aquela televisão lá na parede e ia ser lá, que era para o primeiro, o segundo e o terceiro ano, e até o ano não ia ter, ia estudar normalmente, mais a gente desconfiou que era só pra o pulo do gato pra pegar a gente. A a gente foi lá e aí eles falo que não era uma boa ideia e só 3 pais aceitaram e foi aí que a gente convocou a reunião com a secretaria, exigimos que ela viesse ali pra dá uma explicação pra nós, aí ela veio. Então, sobre o equipamento, quando chegou, foi assim, foi de surpresa. Era uma armadilha que eles estavam pnhando e assim como tava faltando na época professor. Só porque tava faltando professor de português e não me lembro mais outra matéria que tava faltando professor, aí eles vieram com esses equipamentos assim de surpresa e a gente achou que não era bom, na época eu nem tinha filho que estudava. Eu fui, enfrentei tudo mais meu filho não tava ainda, mais eu falei antes que chega no tempo dele, apesar que não ia chegar porque agora ele tá no nono e daí ele vai pro colégio agrícola o ano que vem. Mais eu já falei não, eu vou junto. (SUJEITO 7, 2019)

Assim como esta entrevistada, outras pessoas da comunidade se integraram à luta, mesmo sem ter filhos na escola:

Eu não tava tão precisando entrar, porque os meus meninos são meus netos. Eles moram comigo mas a mãe deles mora em Vilhena. Eu podia simplesmente pegar eles e mandar pra casa da mãe deles. Eles iam estudar em Vilhena, normalmente, mas eu entrei na guerra por eles e pra ajudar todo mundo (SUJEITO 1, 2019)

Com a chegada dos equipamentos e início das atividades letivas, no dia 16 de fevereiro, foi convocada uma reunião na escola para apresentar a Mediação. Depois da reunião, os pais manifestaram que não concordavam com o projeto e que não enviariam os filhos matriculados nas turmas de 1º ano do Ensino Médio:

Nós pais aproveitando a reunião de início do ano letivo ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2016. O pai [...] lembrou aos presentes a tentativa de instalação dos equipamentos para implantação da mediação tecnologia por parte da SEDUC. Os demais pais não

concordaram com esta implantação e ainda decidiram que caso este projeto venha a ser implantado os mesmos não enviarão os filhos à escola em protesto a favor do 1º ano do ensino médio, ou seja, lembramos que queremos aulas regulares na escola Planalto até a conclusão do ensino médio. Segue abaixo as assinaturas dos pais que não concordam com esse projeto de mediação tecnológica. [DOCUMENTO ELABORADO PELOS PAIS, 2016].

Os manifestantes fizeram contato com vereadores, que, no dia 17, encaminharam ofício à deputada estadual Rosângela Donadon, para que intercedesse junto à SEDUC sobre o caso da “rejeição comunitária” do EMMTEC na Escola Planalto. A manifestação dos pais não surtiu efeito. Instalados os equipamentos, houve o primeiro dia de aula com mediação tecnológica. Os estudantes contaram aos pais que “as aulas ficavam cortando, que não dava pra entender” (SUJEITO 2, 2019), entre outras queixas. Em 18 de fevereiro, os estudantes que foram as primeiras cobaias do EMMTEC em Cabixi escreveram um manifesto, anunciando os motivos da recusa:

Nós alunos do 1º ano assistimos a aula no dia 18/02/2016 e não concordamos que essa seja a melhor forma de aprendizagem. No dia da vídeo-aula houve um problema, falha na gravação, tivemos que pular boa parte da aula. Diante disso nós alunos nos sentimos prejudicados, por não ter alguém formado na área da disciplina para esclarecer dúvidas dos assuntos citados na aula. Devido ao tempo em frente à televisão, alguns alunos reclamaram de dores de cabeça, nas vistas, entre outros, são diversas as dificuldades, não temos tempo durante a aula, fica difícil copiar e assistir ao mesmo tempo. Por ser aula em tempo real, não temos como sair no meio da aula para beber água entre outras necessidades, em períodos de chuva, corre-se o risco de ficarmos sem aula devido ser canal de tv aberto. Por não concordar com esse método de ensino para a nossa escola, para a nossa realidade, nós alunos fizemos uma reunião, juntamente com os pais e, diante dessa situação, chegamos à conclusão de que será muito difícil o aprendizado e que estaremos em greve e só retornaremos à escola quando as aulas voltarem a ser presencial como antes [DOCUMENTO ELABORADO PELOS ESTUDANTES, 2016].

Os estudantes anunciaram uma greve até que a escola voltasse a ter aulas presenciais. Dentre as razões para repudiar a mediação, falaram de dor de cabeça e nos olhos, pela exposição à televisão, problemas técnicos, a falta de interação com professor. As aulas mal começaram e os problemas técnicos já apareceram, com a necessidade de uso de pen drive para repassar o conteúdo. No dia seguinte, o prefeito da cidade e um vereador encaminharam um ofício à Secretária de Educação, pedindo o retorno das aulas regulares, reforçando o fato de que a Escola Planalto não é uma escola de difícil acesso e dispunha de um bom quadro de professores. Na mesma noite, em uma nova reunião com a presença de cerca de cinquenta pais e mães, a decisão foi estender a paralisação das aulas para as turmas do quinto ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio a partir do dia 22 de fevereiro. Foi constituída uma Comissão de Pais e Alunos. Já havia a percepção de que não seriam ouvidos pela SEDUC, pois um grupo inicial

de cinco pais que foram a CRE Vilhena já tinham recebido a resposta: “Eles disseram que nós querendo ou não eles vão instalar o projeto, que inclusive já está em funcionamento, mas a primeira aula, ontem, foi gravada em *pendrive*”, disse o pai de um estudante ao Jornal Extra de Rondônia. (EM DISTRITO DE CABIXI..., 2016)<sup>17</sup> A partir daí, os manifestantes começaram a acionar uma série de estratégias para conseguir fazer valer seus direitos.

Em uma reunião realizada pelos pais, foi decidido fazer um abaixo-assinado para ser entregue ao Ministério Público do Estado, alegando que a escola não teria necessidade desse modelo de ensino, uma vez que existiam professores para dar as aulas presenciais e havia fácil acesso à escola (RONDÔNIA, 2016)<sup>18</sup>. Enquanto aguardavam uma posição das autoridades, prosseguiram firmes na decisão de não enviar os filhos à escola. Outra reunião realizada em 25 de fevereiro reforçou a greve coletiva. Com dez dias de aulas paralisadas, uma nova reunião foi realizada em 4 de março. Foram convidados o prefeito da cidade, um vereador, além de representantes do MPA. Os convidados saudaram a luta da Comissão de Pais e Estudantes e demonstraram seu apoio. A ata registrou a fala de um pai, que perguntou: “Será que nós pais podemos tirar o aparelho por conta própria?”. A ideia ganhou força e tornou-se uma estratégia para forçar a SEDUC a dialogar: “Sabemos que toda ação tem uma reação, se nós mesmos tirarmos alguém vai ter que vir atrás para saber por que tiramos, então vamos dizer a gente não aceitamos falamos com vocês, mas não tiram então nós da comunidade retiramos por nossa conta” (ATA, 03 de março de 2016).

Os pais aceitariam o retorno das aulas com a condição de que os professores também voltassem à sala de aula. A iniciativa foi recusada pela SEDUC. A proposta da reunião foi executada e os pais desinstalaram os equipamentos. Em entrevista ao Jornal Extra de Rondônia, um dos pais justificou a atitude: “Os pais estão bastante revoltados com o comportamento da SEDUC, pois não estão respeitando a decisão de uma comunidade, estão sendo ditadores. A comunidade está unida e não vai aceitar. Defendemos a democracia, o direito de opinar e decidir por nossos filhos”<sup>19</sup> (EM CABIXI, PAIS ARRANCAM..., 2016)

Informada pela direção da escola, a diretora da CRE Vilhena anunciou que voltaria à escola para reinstalar os equipamentos. Nesta altura, o protesto já tinha grande repercussão em todo o estado:

<sup>17</sup>Disponível em: <http://www.extraderondonia.com.br/2016/02/19/em-distrito-de-cabixi-pais-ameacam-deixar-filhos-sem-aula-apos-implantacao-de-ensino-por-teleconferencia/>. Consultada em 01 de junho de 2019.

<sup>18</sup> Processo Nº 7000596-78.2016.8.22.0012. Ministério Público do Estado de Rondônia.

<sup>19</sup>Disponível em: <http://www.extraderondonia.com.br/2016/03/05/em-cabixi-pais-arrancam-equipamentos-em-escola-e-chamam-titulares-da-seduc-de-ditadores/> consultada em 27 de maio de 2019.

Fomos no ministério público e deu um protesto bem pesado porque não aceitamos a implantação e barramos a secretária no portão e não deixamos ela entrar no pátio da escola. Quando a gente foi em Vilhena e ela falou, na terça feira eu vou lá na escola, vou entrar e colocar pra funcionar. Nós falamos você não vai entrar lá dentro, ela falou que a escola é pública eu vou e entro, então nós barramos o portão o dia que ela foi e ela não entrou. (SUJEITO 8, 2019).

Diante da insistência, os pais decidiram que iriam recepcioná-la para pressionar a encerrar o EMMTEC na Escola Planalto:

Não era uma coisa organizada, ela vai vim. Ela marcava e não vinha. Vinha no outro dia. Mas aí como tinha um espião para ela, tinha um pra nós também. Quando a mulher está vindo, uma avisava o outro e já ficava esperando. Nem todas as vezes tinha o tanto de pai que era pra ter, porque ela pegava de surpresa então essa era a dificuldade. Foi bom pra ela ver que ainda tem gente guerreiro que luta, porque às vezes eles pensam assim que pode tudo e não pode. (SUJEITO 7, 2019)

Na visita marcada para às 8 horas da manhã do dia 7 de março, os pais e estudantes literalmente acamparam na escola. Enquanto aguardavam a chegada a diretora da CRE Vilhena, organizaram-se com faixas, cartazes, trazendo direitos garantidos pela Constituição Federal, Leis de Diretrizes de Base, Estatuto da Criança e Adolescente e Decretos da Educação do Campo. Elementos que municiaram a comunidade a resistir a qualquer tentativa de boicote do ato ou desmobilização dos manifestantes, que aguardavam sua chegada. Os pais e estudantes resistiram ao sol forte e organizaram um almoço de forma solidária, coletando dinheiro entre os presentes. O protesto inusitado chamou atenção das forças policiais, que diferente da “balbúrdia” imaginada, encontraram famílias confraternizando:

A nossa manifestação foi sem vandalismo, sem tititi. O dia que ela veio... Ela enrolava a gente. Ela chegava em Colorado, ela marcava um horário pra vim em outro pros pais desistir e vir embora, porque ela queria pegar só a turma do colégio. Porque a turma do colégio não se envolveu, porque eles eram funcionários, eles não foi contra, mas eles não se envolveram. Tinha um falante daqui que mandava as notícias pra lá. Aí ela mandou falar o horário e não veio. Daí, na hora do almoço, a gente resolveu fazer vaquinha pra poder comprar um lanche pra ninguém sair de lá, ficava a frente do colégio super lotado aí veio a federal de colorado e a policinha aqui do cabixi, chegou aqueles camburão, nosso Deus!, porque falaram que a gente tava quebrando o colégio e tava o maior vandalismo e bem na hora que eles chegaram nós tava tudo sentados comendo e contando causos, esperando ela chegar, porque nosso problema era com ela. Aí eles chegaram e desceram dos carros, aí eu falei, agora ficou bonito aí vieram e falaram assim e aí pessoal o piquenique tá bom né? Aí a turma já tava muito bom chamou eles pra comer e eles não quiseram e daí eles falou assim o que tá acontecendo aqui. Aí a gente falou o que tava acontecendo, que a secretaria tinha mandado fala que 8 horas tava no colégio e já era meio dia e meio e ela não tinha comparecido, já era um ponto que ela perdeu. Depois que eles ficaram sabendo ao certo o que tava acontecendo, aí eles falou assim e foram embora. Quando encontraram o povo na ponte, disseram pra eles: “nós não vai voltar e vou falar pra vocês, o povo lá tá forte. Não são barraqueiros, então não tem necessidade de nós ficar, tem coisa pra nós fazer lá na frente”. Aí veio ela, uma advogada, sei que era um monte de gente. Aí nós

não deixamos ela entrar, aí ela gritava, falava que ia entrar no colégio, porque quem mandava lá era ela. E os pais disse aqui você não entra não, você vai voltar para trás. Ficamos no portão e não deixamos, ela teve que voltar, ela veio com um monte de autoridade, mas não tinha jeito não, a gente não desistia não. (SUJEITO 3, 2019)

Naquele momento, os manifestantes sabiam que evitar a reinstalação dos equipamentos era importante para que a Mediação não tivesse chances na Escola Planalto: “O dia que a ela chegou na escola, a gente falou: ‘Se ela entrar no portão, acabou. Já era nossa luta. Vamos perder.’” (SUJEITO 7, 2019).

No dia 15 de março, o Promotor de Justiça publicou uma decisão que fortaleceu ainda mais o protesto da Escola Planalto, sendo favorável aos pais. No processo, o depoimento do diretor da Escola Planalto explicitou que o próprio gestor discordava da SEDUC:

[...] o Diretor da Escola Planalto aduziu ser inviável a instalação do projeto de ensino médio com mediação tecnológica em razão de algumas situações passíveis de acontecer, como é o caso de apenas um professor dá aula em estúdio para tirar dúvidas de todos os locais de implantação do ensino, professor presencial (tutor) formado em matéria diversa da que estará sendo repassada aos alunos, dentre outros aspectos. Além disso, destacou que a Escola possui um quadro praticamente completo de professores para lecionarem do 6º ao 3º ano do ensino médio, havendo necessidade apenas de um (a) professor (a) de língua portuguesa. (PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, 2016).

Como parte das investigações, o MP visitou a escola e viu que não tinha espaço adequado para os equipamentos e que havia problemas na implantação do EMMTEC:

As aulas oferecidas estavam gravadas em *pendrive* e as dúvidas teriam que ser tiradas com o tutor (um professor presencial que, por vezes, não é formado nas matérias que estão sendo ministradas). Além disso, sequer foi providenciado um espaço físico apropriado para a implantação do projeto. Os aparelhos foram instalados dentro de uma biblioteca, dificultando o acesso aos livros pelos estudantes, pois as estantes com livros tiveram que ser encostadas umas às outras, sem um mínimo de espaço de passagem aos estudantes e servidores. (PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO, 2016).

Ao final, a decisão do Promotor de Justiça foi favorável às queixas da comunidade escolar, obrigando o Estado a suspender as aulas do EMMTEC até que fossem preenchidos todos os requisitos exigidos pela legislação e que as aulas regulares presenciais fossem retomadas imediatamente, exigindo que a SEDUC contratasse um professor para lecionar a matéria de língua portuguesa e providenciasse a substituição dos professores cuja saída já estava prevista. Como resultado, as aulas retornaram ao modelo regular, com aulas presenciais e com a contratação dos professores que estavam faltando.

Em plena expansão do EMMTEC, que já conta com quase seis mil estudantes matriculados em todo estado, a comunidade da Escola Planalto tem conseguido evitar a precarização da Educação do Campo há pelo menos três anos. Eles sabem que isso não é pouco: “Foi humilhante ao mesmo tempo vitorioso, porque nós venceu, ninguém falava que nós ia vencer. E nós estamos correndo o risco de cair nessa de novo. A maioria já tinha se dado por vencido.” (SUJEITO 4, moradora, 2019). Se tivessem aceitado a título experimental, como outras escolas fizeram, o processo não tinha volta:

A gente sabia que era um ciclo e depois que tivesse dentro da escola, aí não teria o que fazer. Muitos pais queria tirar os alunos da escola e levar pra Cabixi e aí era outro transtorno, porque a escola tem uma quantidade mínima de aluno para permanecer funcionando, então fizemos greve e os estudantes ficaram quase uns 20 dias sem ir na escola, mas desistir ninguém pensava, mas a sensação que tinha era que se todos não tivesse unido teríamos que engolir algo de goela a baixo, porque tudo que vem de cima detona quem tá embaixo. Com esse novo governo, essa nossa luta ainda não chegou no fim, temos que ficar de alerta porque era pauta do vice-governador essa mediação tecnológica, e tanto o EMMITEC quanto a militarização a gente repudia, eu acho que não é por aí. (SUJEITO 5, 2019)

A Escola Planalto sabe que essa vitória não pode ser descuidada, pois os planos para desmontar a Educação do Campo não acabaram, especialmente com o novo governo, que já anunciou a Educação à Distância para as escolas do campo. Em Rondônia, o Governo do Estado tem também levantado a bandeira da militarização das escolas, o que traz outros prejuízos, indo contra a proposta de educação do campo e camponesa que preza em sua pedagogia uma educação com os pilares da democracia e a formação dos sujeitos críticos e participativos.

Todas as ações anteriormente mencionadas são muito mais que a sistematização de um processo reivindicatório da comunidade. Percebemos como foi constante os momentos educativos entre a comunidade na organização dos horários, na construção das faixas, nas buscas de informação, nas tomadas de decisões coletivas e na compreensão dos direitos adquiridos, fazendo da luta um processo pedagógico crítico de educação popular de uma comunidade capaz de ser sujeito na escolha do que acha melhor para si e para todos os envolvidos. Essa rica experiência da comunidade dialoga com a prática dos movimentos sociais que defendem a educação do campo, como bem expressa um militante do MPA que atua na região:

O movimento que defende uma educação popular baseado em uma formação integral do ser humano com formação técnica, intelectual e política, acredita que o EMMTEC será um retrocesso, pois tira a capacidade de debate, interação, da formação da consciência crítica social, pois a relação do educando será com a uma máquina e não

com indivíduo educador, que estimulará a reflexão a trabalharem coletivamente. (SUJEITO 6, 2019)

Sabendo da importância de sua experiência pedagógica, a comunidade percebeu que o projeto não corresponde aos valores de formação dos estudantes, descaracterizando a identidade camponesa, as diferentes lutas e necessidades da região. Fortalecida pelo conhecimento de seus direitos, a Escola Planalto segue com o desafio de construir sua própria proposta de Educação do Campo.

As propostas dos movimentos sociais contribuem na construção de um novo modelo de educação, o projeto de implantação no Ensino Médio da Mediação Tecnológica se torna um obstáculo que impede a concretização da concepção de educação popular, assim a resistência é a principal arma de luta do povo.

Note-se que a resistência germina das organizações de parte daqueles que serão o público alvo, ou seja, de pessoas que residem no campo, bem como da organização dos professores que são os profissionais que exercem a função de ministrar o ensino cotidianamente. Não bastasse isso sequer a sociedade civil foi consultada acerca da implantação de referido Projeto o que por si só já viola o princípio da gestão democrática do ensino esculpido no mandamento constitucional. (SILVA, 2018, p. 51)

As articulações propostas não buscavam apenas negar um programa do governo, mas esclarecer a importância do conhecimento para além da sala de aula, em que o educador ensina e aprende no decorrer da vida e que as comunidades camponesas são contribuintes nesse processo de educar, o que os levou a recusar tal modelo de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando que o atual governo já anunciou a sua concepção de educação para o país, trazendo em discussão que “a educação no campo será prioridade na mediação tecnológica ofertada pelo governo de Rondônia”<sup>20</sup> (EDUCAÇÃO NO CAMPO..., 2019), a luta dos camponeses não se encerra nesse momento, pois essa semente plantada será cultivada através do enfrentamento diário a esse sistema opressor que esmaga a moral humana, usando as mídias como fonte de manipulação. Nesse sentido, meu convívio com a comunidade possibilitou entender os desafios da formação política para não sermos apenas cidadãos fantoches nas mãos de quem brinca de fazer história e a nossa tarefa é resistir para assim continuarmos existindo.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/educacao-no-campo-sera-prioridade-na-mediacao-tecnologica-ofertada-pelo-governo-de-rondonia/>. Consultada em: 29 de maio de 2019.



Com a realização desse trabalho, pude perceber a mística camponesa, bem como a identidade que segue resistindo em diferentes lutas enfrentadas no campo, pois, no decorrer dos anos, os camponeses, mesmo não tendo clara a concepção de educação, lutaram para ter uma escola na comunidade em que as primeiras eram de pau a pique, depois, outras lutas foram travadas na região contra o fechamento de escola do campo, bem como a construção de cursos de graduação. Esse trabalho foi de grande importância no meu processo de formação na Licenciatura em Educação do Campo, pois pude entender a concepção de Educação Libertadora, uma pedagogia que transforma ideias e sujeitos. Devido a essa demanda de lutas, o movimento dos pequenos agricultores teve grande atuação na região, principalmente na resistência junto às comunidades contra a implantação do EMMTEC. Sendo assim, percebemos que as famílias da comunidade escolar Planalto não resistiram à mediação tecnológica por acaso, sendo fruto de várias lutas na região como fortalecimento da resistência dos pais.

Esse embate possibilitou conhecer a distância que existe entre o que a comunidade pensa e a forma como o Estado impõe as ideias, principalmente neste momento histórico de perdas de direitos que estamos vivenciando e que requer um cuidado especial com a educação. Em tempos de crise, o acesso ao conhecimento é uma ferramenta de transformação social. O estudo de caso sobre a resistência ao EMMTEC na escola Planalto São Luiz tem o potencial de destacar as mobilizações das comunidades em prol da transformação no método de educar, alinhado à concepção de Educação do Campo. Isso quer dizer, pensar uma educação que respeite a especificidade, relacionada com o contexto histórico de cada localidade, propondo uma educação no e do campo para assim garantir a permanência da juventude no campo de forma digna. Isso é muito diferente do modelo de ensino que pode resultar de uma iniciativa como o EMMTEC, em que os estudantes deixam de ser sujeitos do conhecimento e se tornam meros reprodutores<sup>21</sup>.

Deste ponto de vista, este trabalho pode contribuir para o fortalecimento da comunidade e na percepção da importância de articulações coletivas na solução de problemas comuns impostos por uma elite que manipula e impõe à sociedade medidas que não condizem com o

---

<sup>21</sup> A educação bancária não passa de mais uma forma de dominação das classes, em que o educador se torna reprodutor de um projeto enganoso com base na obediência, esse sistema opressor inibe o educando de pensar e questionar para se tornar receptores de informações meramente soltas na sociedade através de propagandas enganosas. Freire esclarece esse termo dizendo: “Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que sem oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.” (FREIRE, 1970, p.33).

projeto de vida das classes populares, e neste caso, dos camponeses e camponesas, uma luta que se constituiu no processo de educação popular (PALUDO, 2012).

Esta pesquisa enfatizou a contribuição dos movimentos sociais na disputa pela concepção de Educação do Campo, que interessa aos sujeitos do campo e que atualmente se manifesta na luta contra o fechamento das escolas do campo e contra a implantação do EMMTEC, como vem discutindo Conceição Paludo a partir da idéia de que a resistência exige “um pé na escola e um pé na sociedade”, nos espaços de organização dos trabalhadores. É a resistência à lógica do capital que amplia as possibilidades de repensar a nova sociedade, a nova educação e a nova escola. (PALUDO, 2012, p. 286).

Deparamos-nos a cada dia com uma nova preocupação, em que sobreviver faz parte das prioridades diárias, buscamos nos consolar para não enlouquecer. Porém, dentre os sonhos considerados como utópicos podem ser concretizados através das ações coletivas, as lutas na região estão ganhando força e reconhecimento, compreendendo também que elas não se dão apenas por uma educação de qualidade, quando um camponês resiste em sua propriedade mantendo sua produção, ganhamos força para persistir.

### *"LOS PEQUEÑOS CONTRA LOS GRANDES":*

la resistencia campesina a educación a distancia en Cabixi

### **RESUMEN**

Este artículo discute la lucha por la educación del campo en el enfrentamiento por el Proyecto del ensino médio por la mediación Tecnológica en la comunidad Planalto San Luiz en Cabixi Rondônia, bien como la importancia de la participación de los movimientos sociales del campo y otras organizaciones en este debate. La investigación tuvo como objetivo sistematizar un episodio importante en la lucha por el derecho a la educación del campo en Rondônia, trazando un histórico de la movilización de la comunidad escolar de Planalto, relacionándola con un contexto de territorialización campesina. Se realizó una investigación a los participantes en la Escuela Planalto y con familias de la comunidad. A través de ruedas de conversación y entrevistas semiestructuradas con los sujetos de investigación, con el fin de comprender sus motivaciones y acciones tomadas colectivamente frente al Estado, compuesto de diferentes estrategias. La investigación permitió conocer el proceso de movilización de la comunidad escolar de Planalto a partir del conjunto de luchas que constituyen la resistencia campesina en la región, concluyendo que fue un proceso de educación popular que contribuyó en la formación política de los sujetos del campo.

**Palabras claves:** Educación del campo. Resistencia campesina. Escuela del campo. Educación a distancia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 6 jan. 2017.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo. In: \_\_\_\_\_ (et al, org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete [et al]. **Inventário da realidade**: guia metodológico para uso nas escolas do campo. Veranópolis: IEJC, 2016 (arquivo pdf).

DOCUMENTO ELABORADO PELOS ESTUDANTES. **Manifesto dos estudantes contra projeto EMMTEC na escola Planalto em Cabixi-Rondônia**. Cabixi, 18 de fevereiro de 2016.

DOCUMENTO ELABORADO PELOS PAIS. **Manifesto dos pais contra projeto EMMTEC na escola Planalto em Cabixi-Rondônia**. Cabixi, 2016.

EDUCAÇÃO NO CAMPO será prioridade na mediação tecnológica ofertada pelo governo de Rondônia. **Portal do Governo do Estado de Rondônia**. 23 de maio de 2019.

EM CABIXI, PAIS ARRANCAM equipamentos em escola e chamam titulares da Seduc de "ditadores". **Extra de Rondônia**. 05/03/2016. Disponível em: <http://www.extraderondonia.com.br/2016/03/05/em-cabixi-pais-arrancam-equipamentos-em-escola-e-chamam-titulares-da-seduc-de-ditadores/>. Acesso em: 27 de maio de 2019.

EM DISTRITO DE CABIXI, pais ameaçam deixar filhos sem aula após implantação de ensino por teleconferência. **Extra de Rondônia**. 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.extraderondonia.com.br/2016/02/19/em-distrito-de-cabixi-pais-ameacam-deixar-filhos-sem-aula-apos-implantacao-de-ensino-por-teleconferencia/>. Acesso: 01 de junho de 2019.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: \_\_\_\_\_ (et al, org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e terra. São Paulo: 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia Do Oprimido**. Paz e terra. Rio de janeiro: 1970.

GERMANO, Marcilei Serafim. **Educação Com Mediação Tecnológica - EMMTEC: Reestruturação À Mercantilização Do Ensino Médio Em Rondônia**. 2017. 217 f. Dissertação - Departamento de ciências da educação, Mestrado acadêmico em educação Fundação Universidade Federal De Rondônia, Porto Velho, RO, 2017.

IBGE. **Panorama Cabixi**. 2018. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cabixi/panorama> Acesso: 14 de junho de 2019.

MOVIMENTAM SOCIAIS REPUDIAM política do governo do Estado de educação à distância para o campo. **Tudorondonia.com**, Rondônia, 04 de outubro de 2013. Disponível em:  
<https://www.tudorondonia.com/noticias/movimentos-sociais-repudiam-politica-do-governo-do-estado-de-educacao-a-distancia-para-o-campo-,39994.shtml> Acesso: agosto de 2018.

MPA (Movimento de Pequenos Agricultores). Fala de militante em Audiência Pública. 23 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VsXmxdzqGfQ>. Acesso: 17 de junho de 2019.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. 1º Grau Poder Judiciário de Rondônia. 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2016/07/processo-planalto-2.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

PROJETO DE MEDIAÇÃO tecnológica começa ano letivo com expectativa para atender 6 mil alunos. **Portal do Governo do Estado de Rondônia**. 18 de fevereiro de 2019. Dispo

SILVA, Alex Sandro P. **Ensino Médio Com Mediação Tecnológica Em Rondônia – EMMTEC: Um Estudo Sob A Ótica Dos Princípios Constitucionais Da Educação**. Monografia (Monografia em Direito) – UEFS. Bahia: 2018.

SILVA, A. S. P; SANTOS, C. L. S. Distância da educação: passeando pelo projeto de educação a distância no Ensino Médio em Rondônia. In: III Congresso Internacional de Direito na Amazônia - **Direitos Sociais na Constituição Cidadã: conquistas e novos desafios às políticas públicas de educação, saúde, trabalho e previdência social**. Anais. Porto Velho(RO) UNIR, 2019. Disponível em: <<http://www.even3.com.br/anais/IICIDAUNIR>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2016. Ministério Público Federal / Procuradoria da República em Rondônia / Procuradoria Regional dos Direitos dos cidadãos

RONDÔNIA. **Ministério Público (Processo Nº 7000596-78.2016.8.22.0012)**. 2016.

RONDÔNIA. Lei n. 3.846, de 4 de julho de 2016. **Institui o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Rondônia, RO, DOE nº 121, Porto Velho, 04 de jul. de 2016.

RONDÔNIA. Diário Oficial Eletrônico Assembleia Legislativa de Rondônia – DO-e-ALE/RO, Nº 124, ano V, 9ª legislatura, Porto Velho, 22 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/transparencia/diario-oficial/2016/edicao-nr-124-de-22-07-2016.pdf>. acesso em 24/02/2019

SUJEITO 1. **Entrevista com mãe 2**. Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 2. **Entrevista com estudante**. Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 3. **Entrevista com pai 2.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 4. **Entrevista com moradora.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 5. **Entrevista com morador 2.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 6. **Entrevista com miliante 2.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 7. **Entrevista com mãe 3.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 8. **Entrevista com pai.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 9. **Entrevista com mãe.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 10. **Entrevista com militante 1.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

SUJEITO 11. **Entrevista com ex-moradora e militante.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, dezembro de 2018.

SUJEITO 12. **Entrevista com morador 1.** Entrevistado por: Edilaine Santos Barros. Cabixi, 2019.

TROVÓ, ANANDREIA. **Acompanhamento e Monitoramento do Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica na Coordenadoria Regional de Vilhena (Rondônia).**2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.